



MINISTÉRIO DA CIDADANIA
Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS

**298ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de
Assistência Social – CNAS**

Ata da ordem dos dias 7 e 8 de julho de 2021

(Realizada por Videoconferência)

MINISTÉRIO DA CIDADANIA
Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS

Ata da 298ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS

Local: Ambiente Virtual CNAS

Data: 7 e 8/07/2021

1 Aos sete e oito dias do mês de julho de dois mil e vinte e um realizou-se 298ª Reunião Ordinária do
2 Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, sob a Coordenação do Conselheiro Miguel
3 Ângelo Gomes Oliveira, Presidente do CNAS e Representante do Ministério da Cidadania.
4 Estiveram presentes os seguintes Conselheiros (as) Titulares e Suplentes: Conselheiro Titular
5 Miguel Ângelo Gomes Oliveira, Representante do Ministério da Cidadania; Conselheira Suplente
6 Luciana; Conselheiro Titular Danyel Iório de Lima, Representante do Ministério da Cidadania;
7 Conselheiro Titular José Miguel da Costa Júnior, Representante do Ministério da Cidadania;
8 Conselheiro Titular André Rodrigues Veras, Representante do Ministério da Cidadania;
9 Conselheira Suplente Natália Cerqueira de Sousa, Representante do Ministério da Cidadania;
10 Conselheira Titular Daniella Cristina Jinkings Santana, Representante do Ministério da Cidadania;
11 Conselheira Titular Thaís Serra de Vasconcellos, Representante do Ministério da Cidadania;
12 Conselheiro Suplente Becchara Rodrigues de Miranda, Representante do Ministério da Cidadania;
13 Conselheira Titular Célia Maria de Souza Melo Lima, Representante do Fórum Nacional de
14 Secretários (as) de Estado da Assistência Social – FONSEAS; Conselheira Suplente Valneide
15 Nascimento dos Santos, Representante do Instituto Nacional Afro Origem – INAO; Conselheira
16 Suplente Aline Araújo Silva, Representante do Fórum Nacional de Secretários(as) de Estado da
17 Assistência Social – FONSEAS; Conselheira Titular Magali Pereira Costato Basili, Representante
18 do Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social – CONGEMAS; Conselheira
19 Titular Maria Aparecida do Amaral Godoi de Faria, Representante da Central Única dos
20 Trabalhadores – CUT; Conselheira Titular Irene Rodrigues da Silva, Representante da
21 Confederação dos (as) Trabalhadores (as) no Serviço Público Municipal - CONFETAM-CUT;
22 Conselheira Titular Vânia Maria Machado, Representante da Federação Nacional dos Psicólogos –
23 FENAPSI; Conselheira Titular Rozangela Borota Teixeira, Representante da Federação Brasileira
24 de Associações Socioeducacionais de Adolescentes – FEBRAEDA; Conselheiro Titular Carlos
25 Nambu, Representante da Inspeção São João Bosco – ISJB; Conselheira Suplente Andrea Perotti

26 Harrop, Representante da Cáritas Brasileira; Conselheira Titular Sílvia Regina Santos,
27 Representante da Fundação Projeto Pescar; Conselheira Suplente Marta Volpi, Representante da
28 Fundação ABRINQ pelos Direitos da Criança e do Adolescente.

29

30 **Abertura 07/07/2021:** O Presidente Miguel Ângelo Gomes Oliveira iniciou a 298ª Reunião
31 Ordinária do CNAS cumprimentando a todos, em seguida, solicitou à Secretária Executiva do
32 CNAS para que realizasse a verificação do quórum. Verificado o quórum como suficiente,
33 prosseguiu a leitura da pauta, composta pelos seguintes itens: Dia 07/07/2021, das 9h30 às 10h:
34 Aprovação da ata da 297ª Reunião Ordinária e da pauta da 298ª Reunião Ordinária do CNAS. Das
35 10h às 11h: Informes da Presidência/Secretaria Executiva, MC, FONSEAS, CONGEMAS, CIT e
36 Conselheiros. Informes da SNAS sobre a COVID - 19. Das 11h às 12h30: Relato da Reunião da
37 Comissão de Acompanhamento dos Benefícios da Política Nacional de Assistência Social e de
38 Transferência de Renda. Das 14h às 17h: Relato da reunião da Comissão Organizadora da 12º
39 Conferência Nacional. Ato contínuo, colocou em apreciação da ata da 297ª Reunião Ordinária, a
40 qual foi aprovada por unanimidade. Em seguida, entrou em regime de votação para deliberar sobre
41 a pauta da 298ª Reunião Ordinária, informando sobre a sugestão de inserção da participação como
42 convidado do Deputado Eduardo Barbosa, das 11h às 12h30, para apresentação da PEC 431/2001, e
43 ainda sugestão para tratar da questão do Benefício de Prestação Continuada (BPC): alterações na
44 Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (Lei nº 14.176, de 22 de junho de 2021), no item de
45 Informes, das 10h às 11h, e solicitação de alteração de horário, das 14h às 17h. Prosseguiu ao Item
46 da Aprovação da ata da 297ª Reunião Ordinária e da pauta da 298ª Reunião Ordinária do CNAS:
47 Não havendo retificações, a respectiva ata foi considerada aprovada. Após os ajustes, o Conselheiro
48 Miguel Ângelo Gomes Oliveira entrou em regime de votação para deliberar sobre a pauta, sendo
49 considerada aprovada. Dando continuidade aos itens da pauta, passou ao Item de Informes da
50 Presidência/Secretaria Executiva, MC, FONSEAS, CONGEMAS, CIT e Conselheiros. Informes da
51 SNAS sobre a COVID – 19: Informes da Presidência/Secretaria Executiva – a) A Sra. Maria das
52 Mercês Avelino de Carvalho informou sobre o encaminhamento da Presidência Ampliada para
53 leitura da proposta de pauta para a 299ª Reunião Ordinária do CNAS, a ser realizada no mês de
54 agosto, em função dos processos de aquisição de passagens. Após a leitura, e não havendo
55 solicitações de ajustes, o Presidente Miguel Ângelo Gomes Oliveira entrou em regime de votação
56 para deliberar sobre proposta de pauta apresentada. Sendo considerada aprovada por unanimidade

57 dos presentes. b) Ausência Justificadas: O Presidente do CNAS Miguel Oliveira na Reunião da
58 Comissão Organizadora da 12ª Conferência Nacional de Assistência Social no dia 2 de julho,
59 devido a compromissos institucionais; A Conselheira Aline Araújo na Reunião da Comissão
60 Organizadora da 12ª Conferência Nacional de Assistência Social no dia 2 de julho, devido a
61 compromissos institucionais; O Conselheiro Becchara Miranda na Reunião da Comissão de
62 Acompanhamentos aos Conselhos da Assistência Social no dia 5 de julho e na 298ª Reunião
63 Ordinária do CNAS nos dias 6 e 7 de julho, todas no período da manhã, devido a compromissos
64 institucionais; A Conselheira Ieda Castro na Reunião da Comissão Organizadora da 12ª Conferência
65 Nacional de Assistência Social no dia 2 de julho e na 298ª Reunião Ordinária do CNAS, devido a
66 compromissos institucionais; A Vice-presidente Aldenora González na Reunião da Comissão
67 Organizadora da 12ª Conferência Nacional de Assistência Social no dia 2 de julho, devido a
68 instabilidade da internet para acompanhar a reunião online; A conselheira Larissa Farias na Reunião
69 da Comissão de Política da Assistência Social e na Reunião Conjunta da Comissão de
70 Financiamento e Orçamento da Assistência Social e da Comissão de Política da Assistência Social
71 no dia 5 de julho, devido a compromissos institucionais; O Conselheiro Marco Cruzeiro na 298ª
72 Reunião da CNAS, devido a problemas de saúde; O Conselheiro Aguinaldo Leal na 298ª Reunião
73 da CNAS, devido a problemas de saúde na família; O Conselheiro Beto Pereira na 298ª Reunião da
74 CNAS nos dias 6 a 8 de julho devido questões de agenda. c) Convocação e participação: O
75 Presidente do CNAS Miguel Oliveira e a Vice-presidente Aldenora González participaram da
76 abertura das ações de apoio técnico aos entes federados: "*Como cumprir os requisitos do artigo 30*
77 *da Lei Orgânica de Assistência Social LOAS?*", e os/as Conselheiros/ as Aguinaldo Leal, Edna
78 Alegre e Irene Rodrigues foram convocados para tratar sobre a composição da sociedade civil nos
79 Conselhos de Assistência Social no citado evento no dia 08 de junho, de forma virtual; O Presidente
80 do CNAS Miguel Oliveira e o Conselheiro Carlos Nambu participaram da Audiência Pública da
81 Subcomissão Permanente da Assistência Social, no dia 15 de junho, de forma virtual; A Conselheira
82 Marta Volp foi convocada para participar das ações de apoio técnico aos entes federados: "*Como*
83 *cumprir os requisitos do artigo 30 da Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS?*" para abordar o
84 tema do acompanhamento dos Fundos pelos Conselhos de Assistência Social no dia 15 de junho, de
85 forma virtual; Os/as Conselheiros/as integrantes da Presidência Ampliada foram convocados para a
86 reunião extraordinária no dia 16 de junho das 15h às 17h, de forma virtual; A Conselheira Valneide
87 dos Santos foi convocada para participar das ações de apoio técnico aos entes federados: "*Como*

88 *cumprir os requisitos do artigo 30 da Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS?''* sobre a atuação
89 do Conselho na aprovação e monitoramento dos Planos de Assistência Social no dia 22 de junho, de
90 forma virtual; A Vice-presidente Aldenora Gomes González foi convocada para representar o
91 CNAS na Solenidade de Abertura da Conferência Municipal de Assistência Social dos municípios
92 de MG: Senhora do Porto, Santo Antônio do Rio Abaixo, Senhora do Porto, Santa Maria do Suaçuí,
93 Nova Módica, São José do Divino e Conceição de Ipanema, no dia 29 de junho, de forma virtual;
94 Os/as Conselheiros/as integrantes da Comissão de Acompanhamento dos Benefícios da Política
95 Nacional de Assistência Social e de Transferência de Renda para reunião no dia 1º de julho das
96 9h30 às 17h, de forma virtual; Os/as conselheiros/as integrantes da Comissão Organizadora da 12ª
97 Conferência Nacional de Assistência Social, foram convocados para Reunião da citada comissão no
98 dia 2 de julho das 9h às 17h; Os conselheiros/as titulares e suplentes foram convocados para a 298ª
99 Reunião Ordinária do CNAS, nos dias 5 a 8 de julho, das 9h às 18h, de forma virtual. d) Apresentou
100 o conteúdo dos e-mails enviados aos conselheiros do CNAS. e) Resoluções, Decretos, Leis e
101 Portarias publicadas na DOU, a saber: Resolução CNAS/MC nº 37, de 16 de junho de 2021 -
102 Orientações complementares ao processo Conferencial aos Estados, Municípios e do Distrito
103 Federal. - Lei nº 14.176, de 22 de junho de 2021, que altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de
104 1993, para estabelecer o critério de renda familiar per capita para acesso ao benefício de prestação
105 continuada, estipular parâmetros adicionais de caracterização da situação de miserabilidade e de
106 vulnerabilidade social e dispor sobre o auxílio-inclusão de que trata a Lei nº 13.146, de 6 de julho
107 de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência); autoriza, em caráter excepcional, a realização de
108 avaliação social mediada por meio de videoconferência, e dá outras providências. Pauta da 298ª
109 Reunião Ordinária do CNAS, publicada no Diário Oficial da União. f) CNAS Informa: Abertas
110 Inscrições para Reunião Descentralizada e Ampliada do CNAS; Conheça as oficinas da Reunião
111 Descentralizada e Ampliada do Conselho Nacional de Assistência Social; Presidência do Conselho
112 Nacional de Assistência Social é reconduzida; Conselho Nacional de Assistência Social-CNAS
113 realizou reuniões para tratar sobre a Conferência Nacional de Assistência Social; O número de
114 delegados da Conferência Nacional de Assistência Social é divulgado pelo Conselho Nacional de
115 Assistência Social. g) Apresentou os aniversariantes do mês: Dia 02: Conselheira Silvia Regina;
116 Dia 03: Conselheira Telma Viga; Dia 05: Conselheira Magali Basili; Dia 14: Conselheira Heloíza
117 Egas; Dia 25: Conselheiro Beto Pereira; Dia 27: Conselheira Ieda Castro; Dia 30: Presidente Miguel
118 Ângelo. Informes do Fórum Nacional de Secretários(as) de Estado da Assistência Social –

119 FONSEAS: Não houve. Informes do Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência
120 Social – CONGEMAS: A Conselheira Magali Pereira Costato Basili informou sobre a participação
121 do CONGEMAS em mobilizações, entre elas a aprovação do Projeto de Lei 4.012, que vem trazer
122 avanços ao CNAS; A ausência de avanços quanto PL 1.011, que adiciona novas categorias ao grupo
123 prioritário para receber a vacina contra o coronavírus, como os trabalhadores do Sistema Único de
124 Assistência Social - SUAS; Participação da *live* de metodologia para cumprimento dos requisitos do
125 Artigo 30 da LOAS, juntamente com o Ministério; Participação do CONGEMAS no lançamento do
126 Selo UNICEF, e a realização de seminários especialmente na Amazônia; Diálogo direto com a
127 CNM, sendo a última reunião realizada para discutir os eixos da conferência, e a partir de 15 de
128 julho, às 17h, a retomada das *lives* em conjunto com o SUAS. Agradeceu a presidência pela
129 inclusão na pauta para discussão da Lei 14.176, que trata do PPC. Informes da Comissão
130 Intergestores Tripartite – CIT: Não houve. Informes dos Conselheiros: Não houve. Seguiu aos
131 Informes do Ministério da Cidadania: O Conselheiro Becchara Miranda iniciou os informes,
132 destacando: 1. Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI). Comunicou que o
133 Departamento de Proteção Social Especial vem realizando apoios técnicos a estados sobre o dia
134 mundial de combate ao trabalho infantil (12 de junho), de modo a sensibilizar os municípios no
135 combate a essa violação, com a realização de 13 encontros estaduais ao todo. Realização de
136 encontro nacional através da "Live sobre o Dia Mundial de Combate ao Trabalho Infantil",
137 realizada no dia 11 de junho de 2021, que se encontra disponível no Youtube. Também foi realizado
138 o lançamento de informativo sobre o trabalho infantil, na mesma data da *live* nacional, disponível
139 no Blog do MDS, no *link* da Rede SUAS. 2. Apoios Técnicos sobre Proteção Social Especial no
140 mês de junho de 2021: Videoconferências sobre a Lei da Escuta Protegida com as áreas técnicas dos
141 estados, organizadas em dois dias de trabalho para contemplar todas as regiões, nos dias 16 e 17 de
142 junho de 2021. Videoconferências sobre Situações de Emergência e Calamidade Pública, em
143 parceria com a Defesa Civil Nacional, voltadas às gestões estaduais, distribuídas em dois dias de
144 trabalho para contemplar todas as regiões, nos dias 23 e 24 de junho de 2021. 3. Assinatura de
145 Acordo de Cooperação Técnica entre SUS e SUAS, em que a Secretaria Especial de
146 Desenvolvimento Social (SEDS) do Ministério da Cidadania, por meio da Secretaria Nacional de
147 Assistência Social/Departamento de Proteção Social Especial, e a Secretaria de Vigilância em
148 Saúde do Ministério da Saúde realizaram, no dia 30 de junho de 2021, uma cerimônia para
149 assinatura do Acordo de Cooperação Técnica (ACT) entre SUS e SUAS. 4. Fez um breve resumo

150 do Encontro de Gestores Municipais do “Programa Abrace o Marajó – Plano de Ação 2020/2023”.

151 5. Citou as ações de Apoio Técnico Integrado da SNAS feitas pelo o Departamento de Proteção

152 Social Especial. Informa que as ações de apoio técnico são divulgadas no blog da Rede SUAS. 6.

153 Audiência Pública sobre Projeto de Lei Complementar nº 134/2019: realizada no dia 17/06/2021,

154 pela Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados. 7. Reunião Virtual com

155 Organizações da Sociedade Civil de Goiás, realizada no dia 1º de julho, com a participação de cerca

156 de 90 organizações da sociedade civil, para fortalecimento do terceiro setor do estado de Goiás,

157 promovida pelo Deputado Estadual Jeferson Rodrigues. 8. Implementação do Projeto de Avaliação

158 e Atualização do Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária. A Sra. Juliana Fernandes,

159 Assessora do gabinete, apresentou informes adicionais com relação a avaliação e atualização do

160 Plano Nacional, e explicitou que estão aguardado a finalização dos estudos para socializar os

161 resultados com os parceiros da agenda, e a ampla divulgação para a sociedade. O Conselheiro

162 Becchara Miranda justificou a ausência naquele momento da Secretária Nacional de Assistência

163 Social Maria Yvelonia dos Santos Araújo Barbosa, por motivos de agenda. O Conselheiro André

164 Rodrigues Veras prosseguiu aos informes referente ao Benefício de Prestação Continuada (BPC):

165 alterações na Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (Lei nº 14.176, de 22 de junho de 2021),

166 previsto na Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, sendo a garantia de um salário mínimo por

167 mês ao idoso com idade igual ou superior a 65 anos ou à pessoa com deficiência de qualquer idade

168 em situação de vulnerabilidade. Sendo sancionada a Lei nº 14.176, de 2021, que define critérios

169 para a concessão do Benefício de Prestação Continuada (BPC) a pessoas com renda familiar per

170 capita de até meio salário mínimo. A nova Lei fixa em um quarto de salário mínimo a renda per

171 capita máxima para que uma família possa receber o Benefício de Prestação Continuada. Havendo,

172 a partir de 2022, uma regra escalonada para permitir a ampliação do teto para até meio salário

173 mínimo, de acordo com condições de vulnerabilidade. Pelo texto, são três os critérios para a

174 concessão do benefício a pessoas com renda maior que um quarto do salário mínimo: grau da

175 deficiência; dependência de terceiros para o desempenho de atividades básicas da vida diária e por

176 fim comprometimento do orçamento do núcleo familiar com gastos médicos não ofertados pelo

177 Sistema Único de Saúde (SUS). Para idosos, apenas os dois últimos critérios são aplicáveis. A

178 Conselheira Célia Maria de Souza Melo Lima ressaltou a necessidade de implementação de

179 estratégias que garantam a viabilização da Lei. Fez o informe sobre a realização de oficina de apoio

180 técnico aos estados em conjunto com o Ministério para tratar das alterações da LOAS. A

181 Conselheira Magali Pereira Costato Basili informou que estão trabalhando em conjunto com o INSS
182 para a construção da regulamentação da Lei nº 14.176, agradecendo a parceria com a CNAS. Não
183 havendo inscrições adicionais, o Presidente Miguel Ângelo Gomes Oliveira deu continuidade à
184 discussão da pauta, e em razão da ausência naquele momento do Deputado Eduardo Barbosa, a
185 apresentação da PEC 431/2001 foi postergada, seguindo ao Item que trata do relato da reunião da
186 Comissão Organizadora da 12º Conferência Nacional: O Conselheiro Carlos Nambu iniciou a
187 leitura da Memória da Reunião em epígrafe, realizada em 12 de julho, e indicando a sua
188 composição. Em seguida, informa que as Equipes Temáticas se reuniram com o objetivo de
189 complementar as informações necessárias para inclusão no Termo de Referência da 12ª Conferência
190 Nacional de Assistência Social, para apreciação da Comissão. Retomando o item de informes, o
191 Deputado Eduardo Barbosa iniciou sua fala sobre a PEC 431/2001, tratando-se de Proposta de
192 Emenda à Constituição Federal 431/2001, de autoria do Deputado Eduardo Barbosa, que acrescenta
193 §§ 1º e 2º ao Artigo 204 da Constituição Federal, onde destinam 5% (cinco por cento) dos recursos
194 do Orçamento da União Federal, Estados, DF e Municípios para custeio da Assistência Social.
195 Apresentou um cronograma de tramitação e solicitou a mobilização dos diversos segmentos da
196 sociedade civil e do poder público, para sensibilizar o Presidente e a mesa diretora da Câmara dos
197 Deputados, sobre a importância de sua aprovação, e a observância quanto as demais PECs que
198 tratam da mesma matéria. O Presidente Miguel Ângelo Gomes Oliveira afirmou que será feita a
199 discussão com o intuito de constituir uma Comissão e adotar uma estratégia para dialogar sobre a
200 proposta. Após manifestações dos conselheiros e prestados os esclarecimentos, retomou a discussão
201 do Item que trata do relato da reunião da Comissão Organizadora da 12º Conferência Nacional: O
202 Conselheiro Carlos Nambu retornou a apresentação detalhada da composição, das metodologias e
203 da instrumentalização das equipes temáticas, que se reuniram com o objetivo de complementar as
204 informações necessárias para inclusão no Termo de Referência da 12ª Conferência Nacional de
205 Assistência Social, para apreciação da Comissão, sendo as equipes definidas: equipe programática,
206 equipe de comunicação e equipe de participação e acessibilidade. Encerrando, em seguida, os
207 trabalhos no período da manhã. O Presidente Miguel Ângelo Gomes Oliveira retomou as atividades
208 no período da tarde, passando a palavra imediatamente à Secretária Nacional de Assistência Social,
209 Sra. Maria Yvelonia dos Santos Araújo Barbosa, para que fizesse os informes. Registrou que estão
210 sendo realizados uma série de apoios técnicos, especialmente liderados pelo Departamento de
211 Proteção Especial, que vem trabalhando o tema do trabalho infantil. Informou sobre o lançamento

212 de informativo, que está disponível no blog do Ministério da Cidadania, pontuando os outros apoios
213 técnicos em andamento no âmbito do Departamento de Proteção Especial. Fez a comunicação sobre
214 videoconferência referente a situações de emergência e calamidade pública, parceria com a Defesa
215 Civil. Mencionou a assinatura do Acordo de Cooperação Técnica do SUS com o SUAS, no dia 30
216 de junho, visando o planejamento, monitoramento, execução e avaliação de ações relacionadas a
217 inclusão social da pessoa em situação de vulnerabilidade social, portadoras de patologias como
218 HIV, hepatites virais, hanseníase, tuberculose e prevenção da sífilis congênita. Realização de
219 encontro com gestores municipais do Programa Abrace o Marajó, com a participação de
220 representantes de diversos departamentos afetos a matéria. Pontuou sobre o apoio técnico integrado
221 da CNAS. Fez o informe sobre a realização do encontro *online* “Por Dentro do BPC”, disponível na
222 rede SUAS no Youtube, pelo Departamento de Benefícios Assistenciais. Indicou o lançamento do
223 vídeo sobre acolhimento familiar, que apresenta as principais características deste tipo de serviço e
224 achados científicos que apontam os prejuízos da institucionalização, sendo uma iniciativa que
225 compõe uma série de eventos e ações para reforçar a importância do acolhimento familiar.
226 Realização de rodada de *lives* de apoio técnico feito pelo DGSUAS, com o tema “Como cumprir os
227 requisitos do Artigo 30 da Lei Orgânica de Assistência Social”. Proferiu os agradecimentos aos
228 conselheiros do CNAS pela contribuições nas *lives*. Destaca que foi realizada Audiência Pública
229 sobre o PLC 134/2019, de autoria do Deputado Bibó Nunes, que estabelece condições para que as
230 entidades beneficentes de assistência social, saúde e educação tenham direito a imunidade tributária,
231 já aprovada na forma de substitutivo na Comissão de Educação, e informa sobre o estabelecimento
232 de um grupo de trabalho para tratar do assunto. Realização de reunião com organizações da
233 sociedade civil do estado de Goiás, possibilitando o entendimento das demandas do terceiro setor,
234 visando o seu fortalecimento. Por fim, salienta a realização de Projeto da Avaliação e Atualização
235 do Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária, contando com uma série de oficinas, e a
236 realização de sete estudos sobre a temática, declarando que será feita solicitação para publicização
237 destes resultados. Em seguida, o Presidente Miguel Ângelo Gomes Oliveira justificou a ausência da
238 Vice-Presidente do CNAS, Sra. Aldenora Gomes González, por motivos de saúde. Retomando o
239 Item que trata do relato da reunião da Comissão Organizadora da 12º Conferência Nacional: O
240 Conselheiro Carlos Nambu retornou a apresentação dos encaminhamentos das equipes temáticas,
241 iniciando pela equipe de comunicação, que apresenta as seguintes propostas: 1. Tendo em vista as
242 ponderações à proposta apresentada pela DICOM referente ao plano de comunicação da

243 conferência, propõe-se que a equipe busque subsídios de outras equipes para a construção de um
244 plano de comunicação do CNAS (Controle Social) a ser divulgada nas redes disponíveis: blog,
245 Facebook, Instagram. 2. A equipe de comunicação fará o estudo dentro do seu plano visando a
246 contratação de equipe profissional voltado a mobilização antes e durante a 12ª Conferência
247 Nacional. 3. Prestar informações, no Pleno do CNAS de julho de 2021, sobre o processo de
248 elaboração do termo de referência para a contratação de empresa que proporcione plataforma virtual
249 para a 12ª Conferência Nacional, por meio da Secretaria Executiva do conselho. A Conselheira
250 Vânia Maria Machado solicitou o encaminhamento dos registros documentais anteriores para
251 auxiliar na composição do plano de comunicação da 12ª Conferência Nacional. A Conselheira Irene
252 Rodrigues da Silva fez um breve relato dos trabalhos desenvolvidos nas comissões, afirmando que
253 deve haver subsídios para elaboração de um plano que leve em consideração todos os aspectos da
254 assistência social. A Sra. Maria das Mercês Avelino de Carvalho informou que seria feita a
255 construção da primeira versão do termo de referência, a ser apresentada na semana seguinte, com
256 uma solicitação formal por parte da Secretaria Executiva para que seja encaminhado à Diretoria de
257 Tecnologia do Ministério da Cidadania e à DICOM, possibilitando a inclusão de elementos que
258 julgarem ser pertinentes. Indiciou ainda a necessidade de inclusão no termo de referência da
259 contratação do serviço de plataforma virtual, garantindo que o serviço seja prestado até a realização
260 da Conferência. Ato contínuo, o Presidente Miguel Ângelo Gomes Oliveira entrou em regime de
261 votação para deliberar sobre a proposta apresentada da equipe de comunicação. Não havendo
262 manifestações contrárias, a proposta foi considerada aprovada. Dando sequência, o Conselheiro
263 Carlos Nambu, passou a leitura dos documentos da equipe de participação e acessibilidade,
264 iniciando pelo formulário, com a definição de encaminhamento da plenária para que o formulário
265 seja enviado ao CEAS e CAS-DF e preenchido por meio do Google Forms, estando disponível até o
266 dia 25 de julho. Apresentou a proposta de ajustes ao número de conferencistas, sendo definido o
267 número de 28. Com o encaminhamento da plenária de que os convidados têm direito a voz de
268 acessos a plataforma que são nominalmente indicados pelo CNAS; Os observadores via plataforma
269 tem direito a voz, acesso a plataforma e deverão se inscrever no SIS conferência, obedecendo o
270 critério pré-estabelecido pela equipe organizadora. Após os ajustes a proposta da equipe de
271 participação e acessibilidade foi considerada aprovada pelos conselheiros. Seguiu para a apreciação
272 do documento da equipe programática, que apresenta questões gerais complementares para o Termo
273 de Referência da 12ª Conferência Nacional, salientando que a maioria dos pontos já foram

274 deliberados, sendo apenas detalhamentos e complementações importantes a constar no TR.
275 Alteração no período para produzir a memória da Conferência, que passa a ser de 30 dias antes do
276 início do evento, até 31 de dezembro, sendo que nos dias 05 a 10 de dezembro em todo o período da
277 realização do evento. Sugestão de encaminhamento da plenária: Total de 17 profissionais
278 envolvidos na relatoria, sendo 02 por eixo. Com relação ao formato da programação das quatro
279 *lives* a serem realizadas, apresentou proposta de duração máxima de 2 horas entre exposição e 3
280 blocos de 3 perguntas cada nas redes sociais, retirada da definição do número de participantes para
281 cada *live*. Por fim, como encaminhamento da plenária foi definida a inserção das quatro *lives* no
282 plano de comunicação, a ser endereçada à Comissão Organizadora Central da Conferência – COC,
283 para que esta apresente uma proposta detalhada. Quanto ao período para o credenciamento e
284 horário, fica definida a homologação do credenciamento e entrega das credenciais para os delegados
285 natos e os participantes que estão presentes. No Item 6, foi proposta uma nova nomenclatura:
286 Abertura do fórum de proposições de emenda ao caderno de propostas. Após os ajustes, o
287 Presidente Miguel Ângelo Gomes Oliveira entrou em regime de votação para deliberar sobre cada
288 encaminhamento individualmente, sendo todas as alterações consideradas aprovadas.
289 **Encerramento 07/07/2021:** O Presidente Miguel Ângelo Gomes Oliveira agradeceu a participação
290 de todos e encerrou o primeiro dia da 298ª Reunião Ordinária do CNAS.

291

292 **Abertura 08/07/2021:** O Presidente Miguel Ângelo Gomes Oliveira iniciou o segundo dia da 298ª
293 Reunião Ordinária do CNAS cumprimentando a todos. Rememorou os itens restantes da pauta do
294 dia 07/07/2021 que seriam tratados em plenária, a saber: Itens remanescentes do relato da reunião
295 da Comissão Organizadora da 12ª Conferência Nacional e relato da Reunião da Comissão de
296 Acompanhamento dos Benefícios da Política Nacional de Assistência Social e de Transferência de
297 Renda. Em seguida, fez a leitura da pauta da Reunião Ordinária do CNAS do dia 08/07/2021: 9h30
298 às 10h30 - Relato da Presidência Ampliada do CNAS; 10h30 às 12h - Relato da reunião da
299 Comissão Financiamento e Orçamento da Assistência Social; 14h às 15h30 - Relato da reunião da
300 Comissão de Acompanhamento aos Conselhos da Assistência Social. Relato da reunião conjunta da
301 Comissão de Normas da Assistência Social e da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos da
302 Assistência Social; 15h30 às 16h30 - Relato da reunião da Comissão de Política da Assistência
303 Social. Relato da reunião conjunta da Comissão de Financiamento e Orçamento da Assistência
304 Social e da Comissão de Política da Assistência Social; 16h30 às 17h30 - Relato da reunião da

305 Comissão de Normas da Assistência Social. Informou sobre a necessidade de reavaliação de minuta
306 de resolução que trata do quórum qualificado. Dando continuidade aos trabalhos da reunião
307 realizada no dia anterior, o Conselheiro Carlos Nambu seguiu a apreciação dos itens remanescentes
308 do relato da reunião da Comissão Organizadora da 12^o Conferência Nacional, iniciando pelo Item
309 6, ficando este pacificado, prosseguiu ao Item 7, que trata dos Momentos de Plenárias e Painéis
310 Simultâneos da 12^a Conferência Nacional. No que tange a estrutura para o 1^o momento - Diálogo
311 com as autoridades: 12 autoridades – proposta: (MC, FONSEAS, CONGEMAS, SNAS, CNAS,
312 MNEAS, FNTSUAS, FNUSUAS, Frente parlamentar em defesa do SUAS, judiciário e um
313 mediador). (1 representante de cada). Como encaminhamento da plenária: Encaminhar a proposta
314 para a Comissão Organizadora. Realizada a discussão sobre os questionamentos do mediador para
315 as autoridades, que estarão embasadas no CONFERIR elaborado pela Comissão de Monitoramento
316 das Deliberações das Conferências e aprovado pelo Plenário do CNAS. Recomendando-se que a
317 mediação seja realizada pela Coordenação da Comissão de Monitoramento das Deliberações das
318 Conferências. Dando continuidade, foram apresentadas as seguintes alterações quanto a estrutura
319 necessária para a realização da 12^a Comissão: Para o 1^o momento - Diálogo com as autoridades:
320 Respeitando-se as seguranças sanitárias necessárias, um auditório com capacidade para 100 pax e
321 um palco e/ou praticável para 12 poltronas em semicírculo, com serviço de som/imagem, água e
322 café. Como encaminhamento da plenária foi sugerido disponibilizar: 2 telões/telas digitais sendo: 1
323 para projeção do palco e outro para o ambiente virtual dos delegados; 36 *tablets* com fone de
324 ouvido apropriado para delegados (durante todo período da conferência). No quesito “Quem
325 participa do vídeo”, que inclui segmento de entidades, usuários, trabalhadores e gestão, a Comissão
326 Organizadora definirá o roteiro de vídeo que necessitará de edição das gravações realizadas nas 5
327 regiões do Brasil. Com o encaminhamento da plenária para que o roteiro de vídeo seja parte
328 integrante do plano de comunicação que será debatido na comissão organizadora e aprovado no
329 pleno. Alteração do quesito que aborda os fóruns de propostas, que neste dia, serão em espaços
330 virtuais (5 ambientes simultâneos) para aproximadamente 500 participantes por eixo. Nos
331 procedimentos a serem adotados para o encerramento da Plenária Final, foi realizada consideração
332 quanto ao Pronunciamento de Autoridades, com a observação de que equipe programática irá
333 discutir o assunto. Quanto ao Item 8. Estrutura de Salas Virtuais de Articulação, entre outras, a
334 inserção de Sala Virtual do CAS/DF, dentre as salas do CEAS e do CMAS. Rememorou a discussão
335 sobre a metodologia a ser aprovada no fórum de propostas, sendo atribuição da equipe de relatoria a

336 definição do fluxo e metodologia para a realização da conferência no ambiente virtual, que será
337 apreciado pelo pleno. Não havendo manifestações contrárias, a proposta com os ajustes
338 apresentados foi considerada aprovada. Superado este item de pauta, prosseguiu ao Item que trata
339 do relato da Reunião da Comissão de Acompanhamento dos Benefícios da Política Nacional de
340 Assistência Social e de Transferência de Renda: A Conselheira Magali Basili passou a leitura do
341 relato, na íntegra, que apresenta o debate a respeito da revisão do Protocolo de Gestão Integrada de
342 benefícios, serviços e transferência de renda no âmbito do SUAS, tendo como perspectiva
343 informações do CadÚnico e de forma a se ter a dimensão atual das unidades do SUAS, foram
344 apresentados dados do Censo 2020. Quanto à interface entre a assistência social (SUAS) e a
345 transferência de renda (PBF), foram mencionadas tanto pela representação da SNAS quanto pela
346 representação da SENARC ações conjuntas, que representam o aprimoramento do atendimento e do
347 acompanhamento das condicionalidades e que poderão ser consideradas na revisão do Protocolo,
348 bem como um dos desafios de aumentar o percentual do acompanhamento das famílias em
349 descumprimento das condicionalidades, que hoje é de 12%. Informa que o representante da SECAD
350 reforçou que a Secretaria trabalha no operacional em relação ao CadÚnico, mas precisa estar
351 alinhado com as políticas públicas para aprimorá-lo. Afirmaram também a necessidade de se
352 priorizar a garantia de estrutura, equipamentos e equipes qualificadas nas unidades e equipamentos
353 do SUAS; Investir na capacitação dos profissionais do SUAS para aprimorar as informações no
354 CadÚnico durante o atendimento, bem como da atuação permanente no esforço de acolher as
355 demandas do público (usuários, trabalhadores, entidades) para aperfeiçoar a acessibilidade e de
356 usabilidade dessas ferramentas. Por fim, enfatizaram que sem a base sólida, que transpareçam as
357 realidades das pessoas e das situações que as envolvem, o Protocolo de Gestão ficará comprometido
358 e que o Prontuário Eletrônico e outros sistemas são fundamentais desde que as bases sejam
359 integradas. Apresentou os seguintes encaminhamentos: a) Dar continuidade, no âmbito da
360 Comissão, ao debate referente ao Protocolo de Gestão Integrada de benefícios, serviços e
361 transferência de renda no âmbito do SUAS, tendo como perspectiva informações do CadÚnico; b)
362 Agradecer a participação das secretarias representadas nesta reunião e solicitar que as mesmas já
363 encaminhem os subsídios existentes sobre o que cada secretaria está elencando como proposta de
364 revisão do referido Protocolo. c) Que as três secretarias sejam convidadas para apresentação
365 sistematizada das propostas de revisão do Protocolo na reunião da Comissão de novembro/2021. O
366 Presidente Miguel Ângelo Gomes Oliveira entrou em regime de votação para deliberar sobre os três

367 encaminhamentos supracitados. Não havendo manifestações contrárias, foram considerados
368 aprovados. A Conselheira Magali Basili deu continuidade apresentando o Item 2, que trata de outros
369 assuntos, e em seu subitem 2.1 apresenta o Ofício nº 40 do CMAS de Palhoça/SC, que solicita do
370 CNAS apoio e intervenção para garantir que se cumpra o que foi deliberado pelo CMAS de
371 Palhoça em relação à regulamentação dos Benefícios Eventuais. Apresentou os seguintes
372 encaminhamentos: a) Solicitar ao CMAS de Palhoça/SC cópia das leis revogada e revogadora para
373 encaminhamento aos conselheiros. b) Consultar o Conselho Estadual de Santa Catarina se tem
374 conhecimento da referida demanda e quais foram as providências. Encaminhamento da Plenária:
375 Solicitar do CMAS de Palhoça cópia de outros documentos e encaminhamentos sobre o tema e dê
376 ciência ao Ministério Público local. Não havendo manifestações contrárias, os encaminhamentos
377 foram considerados aprovados. Com relação ao Item 3, que trata da Definição da Pauta da reunião
378 da Comissão, em 9 de setembro/2021, no subitem que trata de outros assuntos apresenta a demanda
379 do CMAS de Palhoça/SC, com o encaminhamento da Plenária de enviar convite ao Presidente do
380 CMAS de Palhoça/SC para participar da reunião. Não havendo discordância entre os presentes, a
381 sugestão foi acatada. Atendendo a solicitação de inversão de pauta, passou ao Item que trata do
382 relato da reunião da Comissão Financiamento e Orçamento da Assistência Social: O Conselheiro
383 Carlos Nambu iniciou a leitura detalhada do Relatório de Execução Orçamentária e Financeira do
384 Fundo Nacional de Assistência Social para o 2º trimestre, exercício 2021, tendo como convidado o
385 representante da DEFNAS. Informa que o Diretor Executivo do FNAS, Antonio Henriques,
386 apresentou a nota explicativa da execução orçamentária e financeira do Fundo Nacional de
387 Assistência Social, apurada pelo regime de caixa, no período de abril a junho de 2021. O Fundo
388 Nacional de Assistência Social - FNAS, instituído pela Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (Lei
389 Orgânica de Assistência Social – LOAS), tem como objetivo proporcionar recursos para cofinanciar
390 gestão, serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social. Apresentou os
391 encaminhamentos feitos pela comissão para a plenária, a saber: Aprovação do Relatório de
392 Execução Orçamentária e Financeira do Fundo Nacional de Assistência Social - 2º trimestre,
393 exercício 2021; Novo modelo de Relatório de Execução Orçamentária e Financeira do Fundo
394 Nacional de Assistência Social, no mês de outubro, que terá a inclusão de nova tabela de Execução
395 Orçamentária e Financeira dos serviços, gestão, programas e projetos; Convidar um representante
396 do DEFNAS para o pleno dia 08/07, caso sejam necessários esclarecimentos técnicos. Não havendo
397 manifestações contrárias, o Presidente Miguel Ângelo Gomes Oliveira entrou em regime de votação

398 qualificada para deliberar sobre a resolução apresentada. Sendo declarada aprovada com 15 votos
399 favoráveis, dos seguintes conselheiros: Conselheiro Titular Miguel Ângelo Gomes Oliveira,
400 Representante do Ministério da Cidadania; Conselheiro Titular Danyel Iório de Lima,
401 Representante do Ministério da Cidadania; Conselheira Titular Irene Rodrigues da Silva,
402 Representante da Confederação dos (as) Trabalhadores (as) no Serviço Público Municipal -
403 CONFETAM-CUT; Conselheira Titular Karoline Aires Ferreira Vasconcelos, Representante do
404 Ministério da Cidadania; Conselheiro Titular José Miguel da Costa Júnior, Representante do
405 Ministério da Cidadania; Conselheiro Titular André Rodrigues Veras, Representante do Ministério
406 da Cidadania; Conselheira Titular Rozangela Borota Teixeira, Representante da Federação
407 Brasileira de Associações Socioeducacionais de Adolescentes – FEBRAEDA; Conselheira Titular
408 Thaís Serra de Vasconcellos, Representante do Ministério da Cidadania; Conselheiro Suplente
409 Becchara Rodrigues de Miranda, Representante do Ministério da Cidadania; Conselheira Titular
410 Célia Maria de Souza Melo Lima, Representante do Fórum Nacional de Secretários (as) de Estado
411 da Assistência Social – FONSEAS; Conselheira Suplente Magali Pereira Costato Basili,
412 Representante do Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social –
413 CONGEMAS; Conselheira Titular Maria Aparecida do Amaral Godoi de Faria, Representante da
414 Central Única dos Trabalhadores – CUT; Conselheira Suplente Vânia Maria Machado,
415 Representante da Federação Nacional dos Psicólogos – FENAPSI; Conselheiro Titular Carlos
416 Nambu, Representante da Inspeção São João Bosco – ISJB; e Conselheira Titular Sílvia Regina
417 Santos, Representante da Fundação Projeto Pescar. Quanto ao Item 2, que trata do *status* da LOA
418 2021 e encaminhamentos e Debate na Comissão em relação a possibilidade de Crédito Suplementar
419 para 2021, tendo como convidados os representantes da SPOG, SNAS e DEFNAS; Relata que a
420 assessora da SPOG, Eli Lara, informou que está aguardando o retorno de resposta de ofício enviado
421 ao Ministério da Economia com a solicitação de Crédito Suplementar para 2021; Conforme
422 solicitado em reunião da Comissão, a senhora Eli Lara encaminhará os valores a serem inclusos na
423 solicitação do ofício ao Ministério da Cidadania e a SNAS. Foram realizados ajustes ao texto do
424 encaminhamento em que sugere a plenária: Oficiar o gabinete do ministro com cópia a Secretaria
425 Nacional de Assistência Social, solicitando a recomposição do valor por meio de crédito
426 suplementar para 2021, relativo a Proteção Social Básica, Especial e IGDSUAS, enfatizando a real
427 necessidade dos valores para os serviços. Prestados os esclarecimentos, o Presidente Miguel Ângelo
428 Gomes Oliveira entrou em regime de votação para deliberar sobre a resolução apresentada. Não

429 havendo manifestações contrárias, os encaminhamentos foram aprovados. O Conselheiro Carlos
430 Nambu indicou como encaminhamento adicional, que após a primeira aprovação será feita
431 solicitação à Sra. Eli Lara para a apresentação de valores a serem acrescidos ao documento. Em
432 razão da complexidade do Item 3, foi feita a inversão das ordens dos itens, seguindo ao Item que
433 dispõe sobre o parecer da Comissão de Financiamento nas propostas de Emendas à Constituição -
434 PEC's 383/2017 e 431/2001, o Conselheiro Carlos Nambu informou sobre a reunião realizada com
435 a Subcomissão de Assistência Social da Câmara dos Deputados, participando o Presidente do
436 CNAS, Miguel Ângelo, onde dentre outros temas, trataram sobre o déficit orçamentário da Política
437 da Assistência Social, buscando alternativas para a recomposição do orçamento, onde destacaram
438 que um possível caminho seria a utilização do percentual fixo do Orçamento da Assistência Social,
439 onde devem ser destinados 5% (cinco por cento) dos recursos do orçamento da seguridade social
440 para a assistência social (§ 1º) e idêntico percentual dos orçamentos de Estados, Distrito Federal e
441 Municípios para o mesmo fim (§ 2º), pelo autor: Deputado Eduardo Barbosa e; PEC 383/2017 –
442 onde a União aplicará, anualmente, nunca menos de 1% (um por cento) da receita corrente líquida
443 do respectivo exercício financeiro, no financiamento do Sistema Único de Assistência Social, pelo
444 autor: Deputado Danilo Cabral; Desta forma a comissão achou pertinente fazer um estudo mais
445 aprofundado quanto ao inteiro teor das PEC's e voltar a discutir o assunto no mês de agosto/2021. A
446 comissão sugere a plenária como encaminhamentos: Que seja discutido na próxima reunião da
447 Comissão, a análise dos quadros descritivos e das propostas das PEC's 383/2017 e 431/2001;
448 Encaminhar aos conselheiros da Comissão o material referente às PEC's. No tocante ao Item 5, que
449 trata do Informe do Painel de acompanhamento físico do Ministério da Economia (SIOP), a
450 comissão sugere a plenária como encaminhamento: Para a próxima reunião da comissão, verificar
451 com a DEFNAS a possibilidade de apresentação de manuseio da plataforma. Por fim, apresentou o
452 Item 6, que trata da definição da pauta de agosto/2021, do assunto principal e dos convidados, se
453 houver. Com ajustes ao Subitem 6.4, seguiu para a leitura: 6.1. Revisão do Manual de Emendas
454 Parlamentares 2022 do CNAS. Convidados: SPOG, SNAS e DEFNAS; 6.2. Debate sobre
455 “Realização de um estudo técnico sobre o cofinanciamento da Assistência Social no atual cenário”
456 com convidados a serem indicados pela comissão, conforme deliberação da 294ª Reunião Ordinária
457 do CNAS. Convidados: SNAS, IPEA (Ana Cleusa), DEFNAS e DGSUAS. 6.3. Status da LOA
458 2021. Convidados: SPOG e SNAS; 6.4. Apresentação da SNAS sobre a análise técnica dos valores
459 Análise dos quadros descritivos e das propostas das PEC's 383/2017 e 431/2001; para

460 encaminhamento ao plenário. Convidado: SNAS (assunto principal). 6.5. Apresentação da ação
461 8249 – Funcionamento dos Conselhos de Assistência Social - 1º semestre, exercício 2021.
462 Convidado: SE/CNAS. Não havendo manifestações contrárias, os encaminhamentos foram
463 aprovados na forma do relato apresentado, após as modificações propostas. Encerrando, em
464 seguida, os trabalhos da Reunião Ordinária do 8 de julho, no período da manhã. O Presidente
465 Miguel Ângelo Gomes Oliveira retomou as atividades no período da tarde, passando imediatamente
466 a palavra ao Conselheiro Carlos Nambu, que apresentou o Item 3, que trata da apreciação da
467 Proposta Orçamentária para o exercício de 2022, informou que o Assessor da SNAS, Adailton
468 Leite, apresentou a Proposta Orçamentária para o exercício de 2022, destacando que os valores
469 apresentados são os estimados pela Secretaria, onde serão apresentados pelo Executivo ao
470 Congresso e posteriormente vão aguardar o Projeto da Lei Orçamentária Anual ser apresentado até
471 31 de agosto de 2021. A comissão sugere a plenária os seguintes encaminhamentos: Aprovar a
472 Proposta Orçamentária para o exercício de 2022; Convidar o senhor Adailton para apresentação da
473 Proposta Orçamentária – exercício 2022 no pleno dia 08/07, caso sejam necessários esclarecimentos
474 técnicos. Prestados os esclarecimentos adicionais, o Conselheiro Carlos Nambu apresentou a
475 proposta de minuta, definindo que: O Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), em reunião
476 ordinária realizada nos dias 05, 06, 07 e 08 de julho de 2021, no uso da competência que lhe
477 conferem os incisos VIII e XIV do artigo 18 da Lei n.º 8.742, de 7 de dezembro de 1993 – Lei
478 Orgânica da Assistência Social (LOAS); Considerando as legislações pertinentes; Considerando a
479 Proposta Orçamentária da Assistência Social, exercício de 2021, apresentada pela Secretaria
480 Nacional de Assistência Social (SNAS), do Ministério da Cidadania (MC), resolve: Artigo 1º
481 Aprovar a Proposta Orçamentária da Assistência Social, exercício de 2022, no valor total de R\$
482 73.591.395.561 (setenta e três bilhões, quinhentos e noventa e um milhões, trezentos e noventa e
483 cinco mil, quinhentos e sessenta e um reais), sendo R\$ 73.568.309.294 (setenta e três bilhões,
484 quinhentos e sessenta e oito milhões, trezentos e nove mil, duzentos e noventa e quatro reais) do
485 Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS e R\$ 23.086.267 (vinte e três milhões, oitenta e seis
486 mil, duzentos e sessenta e sete reais) da Administração Direta sob gestão da Secretaria Nacional de
487 Assistência Social - SNAS, conforme anexo, com as seguintes recomendações: a) Que o Ministério
488 da Cidadania - MC envide esforços, junto à área econômica, para garantir os recursos referentes à
489 manutenção das ações orçamentárias apresentadas no anexo, nos valores aprovados pelo Conselho
490 Nacional de Assistência Social, por ocasião da análise da Proposta Orçamentária da Secretaria

491 Nacional de Assistência Social - SNAS para o Projeto de Lei Orçamentária Anual - PLOA 2022; b)
492 Buscar a garantia da regularidade no repasse dos recursos do fundo nacional para os fundos
493 municipais, estaduais e do Distrito Federal – DF; c) Recomendar a previsão de orçamento para
494 expansão da rede de Proteção Social Básica e Especial (Ações 219E e 219F), em função da
495 pandemia do COVID-19 e do aumento da situação de vulnerabilidade social na pandemia e pós
496 pandemia. Artigo 2º - Esta Resolução entra em vigor uma semana após a data de sua publicação.
497 Ato contínuo, o Presidente Miguel Ângelo Gomes Oliveira entrou em regime de votação qualificada
498 para deliberar sobre os encaminhamentos apresentados. Não havendo manifestações contrárias, os
499 encaminhamentos foram aprovados na forma do relato apresentado, com 15 votos favoráveis, pelos
500 seguintes conselheiros: Conselheiro Titular Miguel Ângelo Gomes Oliveira, Representante do
501 Ministério da Cidadania; Conselheiro Titular Danyel Iório de Lima, Representante do Ministério da
502 Cidadania; Conselheira Titular Irene Rodrigues da Silva, Representante da Confederação dos (as)
503 Trabalhadores (as) no Serviço Público Municipal - CONFETAM-CUT; Conselheira Titular
504 Karoline Aires Ferreira Vasconcelos, Representante do Ministério da Cidadania; Conselheiro
505 Titular José Miguel da Costa Júnior, Representante do Ministério da Cidadania; Conselheiro Titular
506 André Rodrigues Veras, Representante do Ministério da Cidadania; Conselheira Titular Rozangela
507 Borota Teixeira, Representante da Federação Brasileira de Associações Socioeducacionais de
508 Adolescentes – FEBRAEDA; Conselheira Titular Thaís Serra de Vasconcellos, Representante do
509 Ministério da Cidadania; Conselheiro Suplente Becchara Rodrigues de Miranda, Representante do
510 Ministério da Cidadania; Conselheira Titular Célia Maria de Souza Melo Lima, Representante do
511 Fórum Nacional de Secretários (as) de Estado da Assistência Social – FONSEAS; Conselheira
512 Suplente Magali Pereira Costato Basili, Representante do Colegiado Nacional de Gestores
513 Municipais de Assistência Social – CONGEMAS; Conselheira Titular Maria Aparecida do Amaral
514 Godoi de Faria, Representante da Central Única dos Trabalhadores – CUT; Conselheira Suplente
515 Vânia Maria Machado, Representante da Federação Nacional dos Psicólogos – FENAPSI;
516 Conselheiro Titular Carlos Nambu, Representante da Inspeção São João Bosco – ISJB; e
517 Conselheira Titular Sílvia Regina Santos, Representante da Fundação Projeto Pescar. O Conselheiro
518 Carlos Nambu solicitou a inclusão de informativo sobre o repasse do IGDSUAS, que está em
519 planejamento. Dando continuidade a discussão da pauta, passou ao Item que trata do relato da
520 Presidência Ampliada do CNAS: A Sra. Maria das Mercês Avelino de Carvalho fez a leitura da
521 Memória da Reunião Extraordinária Virtual, realizada no mês de junho de 2021. Em seguida, o

522 Presidente Miguel Ângelo Gomes Oliveira ponderou que os encaminhamentos foram executados
523 em sua totalidade, sendo referendados em seguida. A Sra. Maria das Mercês Avelino de Carvalho
524 prosseguiu para a leitura da Memória da Reunião Virtual realizada no dia 06 do mês de julho de
525 2021, a saber: Do Item 1. Ofício nº 340/SMAS/2021 da Secretaria Municipal de Assistência Social
526 do município de Barra do Bugres, Estado de Mato Grosso, recebido no dia 15 de junho. Com o
527 encaminhamento PA: Enviar o Ofício para conhecimento e manifestação da SNAS, com cópia da
528 resposta a esse CNAS. Do Item 2. Ofício nº 10/202 da Associação Nacional dos Sociólogos e
529 Sociólogas, recebido no dia 18 de junho, que trata sobre a atuação do Sociólogo/a nos serviços
530 socioassistenciais, gestão e vigilância socioassistencial. Com o encaminhamento PA: Responder à
531 ANASO sobre o papel do CNAS na categorização das equipes de referência, previsto na Resolução
532 CNAS nº 17/2011. Do Item 3. E-mail do Conselho Municipal de Assistência Social de Guarujá/SP,
533 recebido no dia 24 de junho. Com o encaminhamento PA: Responder ao CMAS de Guarujá/SP que
534 sim, eles têm autonomia para identificar a numeração da conferência que estão realizando,
535 podendo-se considerar todas as conferências realizadas. Do Item 4. E-mail da Promotoria de Justiça
536 Cível de Santos do MPSP | Ministério Público do Estado de São Paulo, recebido no dia 29 de junho.
537 Com o encaminhamento PA: Enviar para o MPSP cópia da Nota CNAS nº 1/2021 e demais
538 orientações (Portaria conjunta de Convocação, Informes) sobre o processo conferencial informando
539 que compete ao gestor local juntamente com o conselho municipal realizar a conferência municipal
540 de Assistência Social. Do Item 5. Alteração do Art. 3º e 5º da Resolução que institui a Comissão de
541 Monitoramento das Deliberações das Conferências de Assistência Social (Anexo B). Com o
542 encaminhamento PA: Retornar a Resolução para apreciação no pleno com as adequações sugeridas.
543 Do Item 6. Caderno de Orientações CNAS - Processo eleitoral dos (as) representantes da Sociedade
544 Civil nos Conselhos de Assistência Social. Com o encaminhamento PA: Reencaminhar o
545 documento para os conselheiros com prazo para considerações até dia 23 de julho e informar que
546 este assunto entrará impreterivelmente na pauta de agosto. Do Item 7. Resolução que dispõe sobre o
547 processo eleitoral da representação da Sociedade Civil no CNAS para o compor a Gestão 2022 –
548 2024. Com o encaminhamento PA: Incluir na pauta da Comissão de Normas do mês de agosto. Do
549 Item e Subitem 8. Convites: 8.1 Ofício nº 003/ 2021 do Fórum Nacional de Conselhos Estaduais de
550 Assistência Social – Fonaceas, recebido no dia 1º de julho, pelo qual convida o Presidente do
551 CNAS para participar da reunião extraordinária do Fonaceas por meio virtual, que tem como pauta:
552 As Conferências de Assistência Social no Estado de Rondônia, no dia 13 de julho de 2021, no

553 horário das 14:00 às 17:00hs. Com os encaminhamentos PA: Consultar se a Vice-presidente
554 Aldenora González poderá representar o CNAS no citado evento. Se a Vice-presidente não puder, a
555 conselheira Irene se coloca à disposição. Presidente Miguel se dispõe a participar. A SE/CNAS irá
556 enviar aos membros da PA a Norma que suspende as conferências no estado de Rondônia. Do
557 Subitem 8.2 Ofício nº 2550/2021/SEAS-CEASRO, recebido no dia 05 de julho, no qual solicita a
558 disponibilidade de um Conselheiro Nacional e/ou membro da Comissão Organizadora da 12ª
559 Conferência Nacional de Assistência Social, para participar da Reunião Ampliada com os
560 Conselhos Municipais de Assistência Social, a realizar-se de modo virtual no dia 14 de julho
561 corrente, as 9h. Com o encaminhamento PA: Consultar se a Vice-presidente Aldenora González
562 poderá representar o CNAS no citado evento. Se a Vice-presidente não puder, a conselheira Irene se
563 coloca à disposição. Presidente Miguel se dispõe a participar. Do Item e Subitem 9. Informes: 9.1
564 Ofício Circular nº 44/2021/SEDS/SNAS/GAB/CAAD/MC, recebido no dia 14 de junho. Salienta
565 que a referida publicação apresenta perspectivas futuras e avalia os impactos econômicos do
566 primeiro ano da covid-19 na região da América Latina e Caribe.” Com o encaminhamento PA:
567 Enviar aos demais conselheiros para conhecimento. Do Subitem 9.2 E-mail da Secretaria Executiva
568 do Conselho Municipal de Assistência Social de Juiz de Fora – CMAS/JF, recebido no dia 08 de
569 junho, pelo qual informa a aprovação das Notas Técnicas sobre Cadastro Único do Governo Federal
570 e Programa Bolsa Família. Com o encaminhamento PA: Enviar aos demais conselheiros para
571 conhecimento. Do Subitem 9.3 Ofício nº 052/2021 do Conselho Municipal de Assistência de
572 Vitória, recebido no dia 25 de junho, pelo qual encaminha Nota de Repúdio acerca de alguns atos
573 da atual gestão da Prefeitura Municipal de Vitória. Com o encaminhamento PA: Enviar aos demais
574 conselheiros para conhecimento. Item e Subitem 10. Informe e encaminhamentos das reuniões das
575 Comissões para deliberação da Presidência Ampliada: Subitem 10.1 Reunião da Comissão de
576 Acompanhamento dos Benefícios da Política Nacional de Assistência Social e de Transferência de
577 Renda Assunto principal: Debate a respeito da revisão do Protocolo de Gestão Integrada de
578 benefícios, serviços e transferência de renda no âmbito do SUAS, tendo como perspectiva
579 informações do CadÚnico. Com o encaminhamento PA: Continuidade do debate interno na
580 Comissão, sem convidados. Do Subitem 10.2 Reunião da Comissão de Acompanhamento aos
581 Conselhos da Assistência Social Assunto principal: Apresentação das ações de acompanhamento e
582 assessoramento apresentado pelos Conselhos Estaduais (experiências exitosas). encaminhamento
583 para a Presidência Ampliada: Solicitar a Presidência Ampliada a participação de conselheiros dos

584 CAS nas reuniões das comissões do CNAS. Não sendo possível, disponibilizar ao menos (5 vagas)
585 para os CEAS (um representante por região) nas reuniões da CAC. Com o encaminhamento PA:
586 Pela aprovação. Do Subitem 10.3 Reunião da Comissão de Normas da Assistência Social com o
587 assunto principal de Apresentação da atuação no assessoramento e defesa e garantia de direitos,
588 bem como desafios enfrentados em relação ao reconhecimento no âmbito do SUAS. Do Subitem
589 10.4 Reunião conjunta da Comissão de Normas da Assistência Social e da Comissão de
590 Acompanhamento aos Conselhos da Assistência Social com o assunto principal de apresentação do
591 IV relatório de monitoramento do Sistema de Registro de Informações das Organizações da
592 Sociedade Civil no SUAS e continuação da análise das contribuições da Consulta Pública da
593 Resolução CNAS nº 237/2006. Encaminhamento para a Presidência Ampliada: Solicitar reunião
594 conjunta CN e CAC na presidência ampliada; Discussão de mérito das sugestões da Consulta
595 Pública da Resolução CNAS nº 237/2006 para o mês de agosto. Com o encaminhamento PA: Pela
596 aprovação. Do Subitem 10.5 Reunião da Comissão de Política da Assistência Social Assunto
597 principal: Desdobramento da discussão do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI.
598 encaminhamento para a Presidência Ampliada: Apresentação dos Relatórios Trimestrais do
599 Programa Primeira Infância no SUAS, no que tange aos aspectos técnicos, administrativos e
600 financeiros, em conformidade com a Resolução CNAS nº 19/2016; Reunião Conjunta CN e CP -
601 Assunto: Análise, à luz dos normativos vigentes, da execução de serviços socioassistenciais
602 ofertados exclusivamente no CRAS/PAIF e no CREAS/PAEFI e outros a serem ofertados pela rede
603 socioassistencial privada, a partir dos documentos relacionados ao município de Juiz de Fora/MG.
604 Com os encaminhamentos PA: Pela aprovação de ambos os encaminhamentos. Do Subitem 10.6
605 Reunião conjunta da Comissão de Financiamento e Orçamento da Assistência Social e da Comissão
606 de Política da Assistência Social com o assunto principal do monitoramento de Execução das metas
607 do Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho – ACESSUAS Trabalho/
608 Exercício 2020. Encaminhamentos para a Presidência Ampliada: Levar à consideração da
609 Presidência Ampliada a proposta de inclusão de pauta na próxima Reunião Trimestral do CNAS
610 com os CEAS e CAS/DF, com o tema “Sistema de Acompanhamento do Programa ACESSUAS
611 Trabalho - SIS ACESSUAS”, tendo em vista a importância do controle social nos estados,
612 municípios e em nível federal do Programa ACESSUAS, pauta de debate do Eixo 4 da 12ª
613 Conferência Nacional de Assistência Social, enfatizando a dificuldade de inserção de dados no SIS
614 ACESSUAS; Recomendar que este ponto seja pautado no âmbito da CIT. Com os

615 encaminhamentos PA: Pela aprovação de ambos os encaminhamentos. Do Subitem 10.7 Reunião da
616 Comissão de Financiamento e Orçamento da Assistência Social Assunto principal: Status da LOA
617 2021 e encaminhamentos. Do Item 11. Pauta da 299ª Reunião do CNAS – Agosto/2021. Com o
618 encaminhamento PA: Caso o Deputado Federal Danilo Cabral não confirme presença, antecipar o
619 ponto de pauta posterior. Finalizada a leitura, a Conselheira Vânia Maria Machado pontuou sobre o
620 constante no Subitem 10.1, com o encaminhamento da plenária para retomar o debate a respeito da
621 revisão do Protocolo de Gestão Integrada de benefícios, serviços e transferência de renda no âmbito
622 do SUAS, tendo como perspectiva informações do CadÚnico com os mesmos convidados: SNAS,
623 SENARC e SECAD no mês de novembro. Em setembro, a pauta será sobre o BPC (assunto
624 principal), conforme a memória da CABTR lida no pleno no dia 8 de julho. Não havendo
625 manifestações contrárias, o Presidente Miguel Ângelo Gomes Oliveira declarou o encaminhamento
626 aprovado. Em seguida, procedeu aos ajustes no texto da Resolução CNAS, que institui a Comissão
627 de Monitoramento das Deliberações das Conferências de Assistência Social, com a inserção do
628 Artigo 5º, que dispõe: As reuniões da Comissão de Monitoramento das Deliberações das
629 Conferências de Assistência Social serão convocadas pelo CNAS, mensalmente, observado o prazo
630 previsto no Artigo 29 e extraordinariamente por requerimento da maioria de seus membros e
631 deliberado pelo Presidente, da seguinte forma: I - presencial, tendo em vista o disposto no Inciso III
632 do Artigo 69 do Decreto nº 9.759, de 2019; e II - por meio de videoconferência, conforme o
633 disposto no Artigo 29 do Decreto n 10.416, de 2020. Não havendo manifestações adicionais, o
634 Presidente Miguel Ângelo Gomes Oliveira entrou em regime de votação qualificada para deliberar
635 sobre o encaminhamento proposto. Declarando a aprovação com 16 votos favoráveis, pelos
636 seguintes conselheiros: Conselheiro Titular Miguel Ângelo Gomes Oliveira, Representante do
637 Ministério da Cidadania; Conselheira Titular Irene Rodrigues da Silva, Representante da
638 Confederação dos (as) Trabalhadores (as) no Serviço Público Municipal - CONFETAM-CUT;
639 Conselheiro Titular José Miguel da Costa Júnior, Representante do Ministério da Cidadania;
640 Conselheiro Titular André Rodrigues Veras, Representante do Ministério da Cidadania; Conselheira
641 Titular Daniella Cristina Jinkings Santana, Representante do Ministério da Cidadania; Conselheira
642 Titular Rozangela Borota Teixeira, Representante da Federação Brasileira de Associações
643 Socioeducacionais de Adolescentes – FEBRAEDA; Conselheira Titular Thaís Serra de
644 Vasconcellos, Representante do Ministério da Cidadania; Conselheira Suplente Valneide
645 Nascimento dos Santos, Representante do Instituto Nacional Afro Origem – INAO; Conselheiro

646 Suplente Becchara Rodrigues de Miranda, Representante do Ministério da Cidadania; Conselheira
647 Titular Célia Maria de Souza Melo Lima, Representante do Fórum Nacional de Secretários (as) de
648 Estado da Assistência Social – FONSEAS; Conselheira Suplente Magali Pereira Costato Basili,
649 Representante do Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social –
650 CONGEMAS; Conselheira Suplente Telma Maria Viga de Albuquerque, Representante da ABRA -
651 Associação Brasileira de Autismo; Conselheira Titular Maria Aparecida do Amaral Godoi de Faria,
652 Representante da Central Única dos Trabalhadores – CUT; Conselheira Suplente Vânia Maria
653 Machado, Representante da Federação Nacional dos Psicólogos – FENAPSI; Conselheiro Titular
654 Carlos Nambu, Representante da Inspeção São João Bosco – ISJB; e Conselheira Titular Sílvia
655 Regina Santos, Representante da Fundação Projeto Pescar. Com relação a pauta da 299ª Reunião
656 Ordinária da CNAS, a ser realizada no mês de agosto, informou que seria feito o acréscimo da data
657 da reunião da Comissão Organizadora e a data da Reunião Conjunta de Comissão de Normas e
658 Comissão de Acompanhamento do Conselho, procedendo a ajustes necessários. Não havendo
659 manifestações contrárias, o Presidente Miguel Ângelo Gomes Oliveira declarou a aprovação da
660 pauta com as modificações propostas. Prosseguiu ao Item que trata do relato da reunião da
661 Comissão de Acompanhamento aos Conselhos da Assistência Social: A Conselheira Irene
662 Rodrigues da Silva deu início a leitura da Memória da Reunião da Comissão de Acompanhamento
663 aos Conselhos de Assistência Social realizada no dia 05 de julho de 2021, com os seguintes
664 encaminhamentos: Tornar a agradecer aos CEAS o envio das experiências exitosas e convidá-los
665 para participar da reunião da CAC, no mês que for mais acessível ao CEAS, haja vista que estamos
666 em ano de conferência. Solicitar à Presidência Ampliada a participação de conselheiros dos CAS
667 nas reuniões das comissões do CNAS. Não sendo possível, disponibilizar ao menos (5 vagas) para
668 os CEAS (um representante por região) nas reuniões da CAC. Revisitar o Plano de Ação da CAC,
669 com vistas a fortalecer a relação da CAC com os CEAS. Solicitar aos CEAS o calendário das
670 realizações das Conferências estaduais e municipais. Quanto ao Item 2. Continuidade da agenda de
671 monitoramento do Artigo 30 da LOAS: Apresentação da proposta de adequação do Painel de
672 Monitoramento dos Conselhos. Convidados: SAGI e DGSUAS, apresentou os seguintes
673 encaminhamentos: Solicitar à SAGI a permissão para disponibilização do link do Painel de
674 Monitoramento, que está em construção, para que os Conselheiros da CAC se aprofundem no
675 assunto a ser discutido na próxima reunião (Encaminhar a lista dos conselheiros para a SAGI).
676 Incluir as conselheiras Sílvia e Irene no grupo de WhatsApp dos CEAS. Com relação ao Item 3.

677 Definição da Pauta do mês de agosto/2021, do assunto principal e dos convidados, se houver. 1.
678 Continuidade da agenda de monitoramento do Artigo 30 da LOAS: Apresentação da proposta de
679 adequação do Painel de Monitoramento dos Conselhos. 2. Revisitar o Plano de Ação da CAC, com
680 vistas a fortalecer a relação da CAC com os CEAS. 3. Apresentação do resultado do Formulário de
681 avaliação das Reuniões Regionais e da Reunião Trimestral do CNAS. 4. Apresentação da CAC do
682 calendário das realizações das Conferências estaduais e municipais. (sendo este o ponto principal).
683 Não havendo manifestações contrárias, os encaminhamentos apresentados foram aprovados. Seguiu
684 ao Item que trata do relato da reunião conjunta da Comissão de Normas da Assistência Social e da
685 Comissão de Acompanhamento aos Conselhos da Assistência Social: Foi feita a leitura da memória
686 da reunião conjunta, realizada no mês de junho, constando que: O Coordenador da Comissão de
687 Normas fez a leitura da pauta e solicitou que a Coordenadora Adjunta Karoline Aires conduzisse os
688 trabalhos da reunião. 1. Continuação das análises das contribuições da Consulta Pública da
689 Resolução nº 237/2006. A Coordenadora Técnica da Coordenação de Normas e a assessoria da
690 Comissão de Acompanhamento aos Conselhos realizaram a leitura do art. 13 até o art. 21 com as
691 definições das classificações em comentários, acréscimos, grafia, supressão e/ou perguntas.
692 Apresentou os seguintes encaminhamentos: a) Apresentar proposta de reunião conjunta CN e CAC
693 em julho para a Presidência Ampliada b) Enviar para todos os Conselheiros da CN e CAC a
694 planilha trabalhada. 2. Definição da Pauta do mês de julho/2021, do assunto principal e dos
695 convidados, se houver. 2.1. Continuação das análises das contribuições da Consulta Pública da
696 Resolução CNAS nº 237/2006. Após o ajuste ao Subitem 2.1., que alterou o termo “finalização” por
697 “continuação”, Realizada a leitura da reunião conjunta realizada no mês de julho, com os seguintes
698 encaminhamentos: a) Apresentação do IV relatório será em setembro/2021. 2. Continuação das
699 análises das contribuições da Consulta Pública da Resolução CNAS nº 237/2006. As
700 Coordenadoras Técnicas da Coordenação de Normas e Coordenação de Acompanhamento aos
701 Conselhos finalizaram a classificação dos artigos pendentes (art. 22 ao art. 24) com as seguintes
702 classificações: comentários, acréscimos, grafia e sugestão. encaminhamentos: a) Enviar a planilha
703 (sem a classificação “comentário”) para todos os conselheiros CN e CAC para revisão final (prazo
704 para SE 05/07) b) Solicitar reunião conjunta CN e CAC na presidência ampliada - Discussão de
705 mérito das sugestões da Consulta Pública da Resolução CNAS nº 237/2006. 3. Definição da Pauta
706 do mês de agosto/2021, do assunto principal e dos convidados, se houver. 3.1. Discussão de mérito
707 das sugestões da Consulta Pública da Resolução CNAS nº 237/2006. Não havendo destaques, os

708 encaminhamentos foram considerados aprovados. Dando continuidade, seguiu ao Item que trata do
709 relato da reunião da Comissão de Política da Assistência Social: A Conselheira Célia Maria de
710 Souza Melo Lima passou a leitura da memória da reunião da Comissão de Política da Assistência
711 Social, que no seu Item 2, dispõe sobre: Desdobramentos da discussão do Programa de Erradicação
712 do Trabalho Infantil – PETI, apresentando os seguintes encaminhamentos: a) Recomendar à SNAS
713 o envio mensal da relação dos saldos em conta dos recursos das Ações Estratégicas do Programa de
714 Erradicação do Trabalho Infantil – AEPETI nos municípios, estados e DF para o CONGEMAS e
715 FONSEAS, para conhecimento e subsídio na tomada de decisões. b) Recomendar à SNAS a
716 realização de reunião de apoio técnico e sensibilização com os estados e o DF para utilização dos
717 referidos recursos de cofinanciamento federal. c) Que a apresentação da SNAS sobre o PETI e as
718 planilhas de pagamento sejam socializadas para conhecimento de todos os conselheiros do CNAS
719 na pasta da CP, no link do Google Drive da 298ª Reunião Ordinária. No tocante ao Item 3. Informe:
720 recebimento de posicionamento das entidades sobre a Revisão da Resolução CNAS nº 20/2020,
721 foram apresentados os seguintes encaminhamentos: a) A Comissão de Política propõe ao CNAS a
722 manutenção da Resolução CNAS nº 20/2020, acompanhando o posicionamento técnico favorável
723 da maioria das instituições consultadas. b) Dar conhecimento sobre o encaminhamento aprovado
724 pelo CNAS à Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente Ministério da Mulher,
725 da Família e dos Direitos Humanos e à Secretaria Nacional de Políticas de Promoção de Igualdade
726 Racial do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, demandantes da proposta de
727 alteração da referida resolução. Relacionado ao Item 4. Resolução nº 223, de 21 de dezembro de
728 2020 - dispõe sobre os parâmetros de implementação e funcionamento da modalidade de
729 acolhimento familiar em Família Solidária no âmbito do Programa de Proteção a Crianças e
730 Adolescentes Ameaçados de Morte – PPCAAM, e definidos os seguintes encaminhamentos:
731 Realizar na próxima reunião da Comissão de Política diálogo sobre o Acolhimento familiar em
732 Família Solidária no âmbito do Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de
733 Morte, com a presença da Coordenadora Geral do PPCAAM, Sra. Denise Avelino. Do Item 5.
734 Definição da Pauta da reunião da Comissão de agosto/2021 9h30 – 11h30 - Apresentação dos
735 Relatórios Trimestrais do Programa Primeira Infância no SUAS, no que tange aos aspectos
736 técnicos, administrativos e financeiros, em conformidade com a Resolução CNAS nº 19/2016 (dois
737 últimos trimestres – fevereiro a abril/2021 e maio a julho/2021); o acréscimo de participação como
738 convidada da Secretaria Nacional de Atenção à Primeira Infância, SNAPI/MC. Não havendo

739 manifestações contrárias, o Presidente Miguel Ângelo Gomes Oliveira declarou o encaminhamento
740 aprovado. Dando prosseguimento a discussão da pauta com o Item que trata do relato da reunião
741 conjunta da Comissão de Financiamento e Orçamento da Assistência Social e da Comissão de
742 Política da Assistência Social: A Conselheira Célia Maria de Souza Melo Lima iniciou a leitura do
743 relato da reunião conjunta da Comissão de Financiamento e Orçamento da Assistência Social e da
744 Comissão de Política da Assistência Social do mês de julho, apresentando os seguintes
745 encaminhamentos: a) Que CNAS mobilize os conselhos de assistência social na sensibilização e
746 indução dos municípios no preenchimento dos registros dos atendimentos no Sistema de
747 Acompanhamento do Programa ACESSUAS Trabalho - SIS ACESSUAS. b) Levar à consideração
748 da Presidência Ampliada a proposta de inclusão de pauta na próxima Reunião Trimestral do CNAS
749 com os CEAS e CAS/DF, com tema “Sistema de Acompanhamento do Programa ACESSUAS
750 Trabalho - SIS ACESSUAS”, tendo em vista a importância do controle social nos estados,
751 municípios e em nível federal do Programa ACESSUAS, pauta de debate do Eixo 4 da 12ª
752 Conferência Nacional de Assistência Social, enfatizando a dificuldade de inserção de dados no SIS
753 ACESSUAS. c) Que a apresentação da SNAS sobre o ACESSUAS Trabalho seja socializada para
754 conhecimento de todos os conselheiros do CNAS na pasta da reunião conjunta CFO e CP no *link* do
755 google drive da 298ª Reunião Ordinária. d) Recomendar que este ponto seja pautado no âmbito da
756 CIT. Informada a ausência do Presidente Miguel Ângelo Gomes Oliveira, por motivos pessoais,
757 assim, a Conselheira Célia Maria de Souza Melo Lima assumiu a condução dos trabalhos. Em
758 seguida, entrou em regime de votação para deliberar sobre os encaminhamentos propostos, não
759 havendo manifestações contrárias, declarou sua aprovação. A Conselheira Célia Maria de Souza
760 Melo Lima iniciou a leitura do relato da reunião conjunta da Comissão de Financiamento e
761 Orçamento da Assistência Social e da Comissão de Política da Assistência Social, realizada no mês
762 de maio, apresentando os seguintes encaminhamentos: A Comissões de Normas e de Política
763 propõem o seguinte Plano de Trabalho: 1. Que a Secretaria Executiva elabore e encaminhe para os
764 conselheiros até o dia 30 de junho a tabela com a ordem cronológica de todos os documentos com a
765 respectiva qualificação (resumo do objeto de cada documento, destacando as páginas). 2.
766 Apresentar a Memória desta Reunião Conjunta no Pleno de junho, tendo para isso a necessidade de
767 fazer a solicitação de inclusão do relato dessa reunião conjunta como item de pauta na Plenária de
768 junho, dando conhecimento à Presidência Ampliada da necessidade desse relato para a tomada de
769 providências em relação ao envio dos ofícios propostos como encaminhamento. 3. Oficializar à

770 SNAS solicitando atualização do diagnóstico a partir de dados disponíveis em relação a situação do
771 município de Juiz de Fora e a possível indicação de técnico para apresentação no dia 2 de julho. 4.
772 Oficializar ao CMAS e o CEAS solicitando a atualização em relação a gestão e as ofertas da
773 política de assistência social do município de Juiz de Fora (itens a serem observados na redação do
774 ofício: o histórico da demanda – aproveitar o texto do ofício da SNAS para o CNAS, esclarecer a
775 análise do CNAS, esclarecimentos sobre medidas e monitoramento do controle social quanto ao
776 cumprimento das normativas do SUAS). 5. Oficializar ao Órgão Gestor de Juiz de Fora solicitando
777 informações em relação a gestão e as ofertas da política de assistência social no âmbito do
778 município de Juiz de Fora. 6. Levar à consideração da Presidência Ampliada a proposta de
779 realização de Reunião Extraordinária Conjunta das comissões de Política e Normas, dia 2 de julho.
780 7. Pauta da Próxima Reunião: 7.1. Apresentação dos principais pontos do Relatório de Visita – Juiz
781 de Fora, apresentado pela SNAS e encaminhamentos - A ser apresentado pela Conselheira Magali
782 Basile 7.2. Apresentação dos principais ofícios a partir do consolidado da tabela cronológica - A ser
783 apresentado pela conselheira Vânia Machado Encaminhamento da Plenária: - Solicitar resposta aos
784 ofícios (CMAS Juiz de Fora, SMAS Juiz de Fora, CEASMG e SNAS) até o dia 28 de julho. 7.3.
785 Encaminhamentos dos pontos 7.1 e 7.2; 7.4. Apresentação pela SNAS/MC no dia 2 de julho a
786 Atualização do diagnóstico de Juiz de Fora, MG. 8. Pauta para próximas reuniões (agosto e
787 setembro/2021) Análise das respostas aos ofícios enviados pelo CNAS à SNAS, CMAS, CEAS e
788 Órgão Gestor de Juiz de Fora; Emissão de Pareceres e outros encaminhamentos. Encaminhamento
789 da Plenária: - Atualização da data da próxima reunião – onde está 2 de julho, lê-se 2 de agosto.
790 Entrou em regime de votação para deliberar sobre os encaminhamentos propostos, não havendo
791 manifestações contrárias, declarou sua aprovação. Prosseguiu ao Item que trata do relato da reunião
792 da Comissão de Normas da Assistência Social: A coordenadora da Comissão, Sra. Sara Sebben
793 iniciou a leitura do relato em que apresenta os seguintes encaminhamentos: a) Convidar o RENDAS
794 Brasil e mais uma entidade (aguardar indicação) para reunião de agosto/2021. b) A Secretaria
795 Executiva irá resgatar os documentos sobre assessoramento e defesa e garantia de direitos (ADGD)
796 e enviar aos conselheiros sistematizado. c) Enviar aos Conselheiros o documento apresentado pela
797 representante do Movimento Nacional de Entidades de Assistência Social-MNEAS; 2. Definição da
798 Pauta do mês de agosto/2021, do assunto principal e dos convidados, se houver; 2.1. Apresentação
799 do Departamento da Rede Socioassistencial Privada do SUAS – DRSP/MC do 2º Relatório
800 trimestral/2021, com as informações sobre os processos Certificação de Entidades Beneficentes de

801 Assistência Social, conforme disposto no Artigo 1º da Resolução CNAS nº 18/2011.(Assunto
802 principal). Convidado: Departamento da Rede Socioassistencial Privada do SUAS – DRSP/MC;
803 2.2. Apresentação do resumo da sua atuação no assessoramento e defesa e garantia de direitos, bem
804 como desafios enfrentados em relação ao reconhecimento no âmbito do SUAS. Convidado:
805 RENDAS Brasil e mais uma entidade (aguardar indicação); 2.3. Consolidação do Decreto nº
806 10.139/2019. Em seguida entrou em regime de votação para deliberar sobre os encaminhamentos
807 propostos, não havendo manifestações contrárias, declarou sua aprovação. **Encerramento:** Não
808 havendo mais assuntos a serem tratados, a Presidente em exercício, Célia Maria de Souza Melo,
809 encerrou a 298ª Reunião Ordinária do CNAS, agradecendo a presença de todos.

Miguel Ângelo Gomes Oliveira
Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS

Julho de 2021